

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

Lisboa - Rio de Janeiro- Fortaleza: os caminhos da coleção *Biblioteca do Povo e das Escolas* traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues

Giselle Martins Venâncio¹

A história que vai ser contada aqui narra a trajetória de três homens. Eles nasceram na mesma época mas viveram cada um em uma cidade distinta. Um morava em Fortaleza, no Ceará, outro em Lisboa e o terceiro no Rio de Janeiro. O que os unia? Livros. Os três tiveram suas vidas marcadas pela edição, impressão e comercialização de livros e relacionadas, particularmente, pela publicação de uma coleção de livros: a *Biblioteca do Povo e das Escolas*. É dessa coleção e de como ela se associa à vida desses três homens que esse texto trata. É uma história que liga Lisboa, Rio de Janeiro e Fortaleza e que mostra que ainda há muito a se descobrir e percorrer nos caminhos dos livros no século XIX.

Era uma vez um livreiro cearense: Gualter Rodrigues da Silva ...

Gualter Rodrigues da Silva chegou a Fortaleza, vindo de Quixeramobim onde nasceu, provavelmente, em 1865, data que consta de sua matrícula como aluno do Liceu do Ceará.

O Liceu, estabelecimento educacional fundado em 1845, tinha como objetivo educar os rapazes cearenses principalmente os filhos da elite da Província. A criação do Liceu estabeleceu os parâmetros iniciais da formação intelectual da elite local, possibilitando a ampliação do ingresso e participação de seus membros no universo da política provincial e mesmo imperial². É certo que no momento em que Gualter tornou-se aluno do Liceu o número de alunos matriculados no estabelecimento decrescia visto que a maior parte dos pais que podia pagar dava preferência às escolas privadas que

¹ Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora de Teoria e Metodologia da História da Universidade Estadual do Ceará.

² Almir Leal de Oliveira. “Universo letrado em Fortaleza na década de 1870”. In: Simone de Souza e Frederico de Castro Neves. *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 18-19.

vinham sendo criadas na cidade. A culpa pelo esvaziamento do estabelecimento público recaía no sistema de ensino que tinha um caráter seriado e de duração considerada muito longa: de cinco a seis anos. Além disso, nas novas escolas privadas, como o Atheneu Cearense inaugurado em 1863, havia o regime de internato, o que facilitava o atendimento aos alunos que vinham do interior da Província. Mas apesar do esvaziamento em termos quantitativos, o Liceu permaneceu como referência incontestada na formação das elites cearenses ao longo do século XIX. Lá, provavelmente, Gualter começou a urdir uma rede de sociabilidade que lhe seria bastante útil durante sua vida profissional e a construir sua auto-representação como livreiro-impressor-editor³.

No momento em que Gualter ainda se sentava nos bancos escolares do Liceu, a cidade de Fortaleza possuía pouquíssimos estabelecimentos comerciais que pudessem ser reconhecidos como livrarias. Celeste Cordeiro⁴ afirma que a primeira livraria da cidade foi criada pelo comerciante português Manuel Antonio da Rocha Junior, em 1849, mas essa data e esse estabelecimento não são reconhecidos por todos os autores como pioneiros do comércio livreiro. Há quem afirme que esse comércio foi fundado por Antonio Ildelfonso de Araújo que, em 1856, estabeleceu-se num velho sobrado, na Praça do Ferreira, ao lado da Intendência Municipal. A livraria funcionava

“(...) num prédio de três portas de frente, no qual ele levantou prateleiras e um pequeno balcão e distribuiu cadeiras no recinto, num de cujos lados estava uma mesa, sobre a qual espalhava papel, caneta e tinta, blocos para telegramas e catálogos de livrarias brasileiras e de outros países, transformando assim o ambiente num centro de interesse dos intelectuais da terra. Folheando os catálogos, estes iam encomendando, por seu intermédio, os livros desejados”⁵.

Embora possuíssem catálogos de diversas livrarias e possibilitassem aos leitores locais a compra de livros, esses estabelecimentos não se destinavam exclusivamente à venda de livros. Eram, ao contrário, locais de comércio de produtos variados. Assim

³ Anibal Bragança estabelece uma tipologia dos agentes do mercado editorial brasileiro. Ele considera que há três tipos distintos de editores. O impressor-editor, o livreiro-editor e o editor stricto sensu. Mas, este mesmo autor chama a atenção para o fato de que “a realidade histórica apresenta múltiplas combinações” e que “devemos atentar para o eixo central” de atividade do indivíduo em questão. No caso de Gualter Rodrigues da Silva, considerou-se que este era um livreiro-impressor-editor pois apesar de ser o ofício de livreiro sua principal atividade, ele também desempenhou, de forma simultânea, os ofícios de impressor e editor. Ver a respeito da tipologia citada, Anibal Bragança. “Uma introdução à história editorial brasileira”. *Cultura*, 14, 2002, pp. 57-83.

⁴ Celeste Cordeiro. “O Ceará na segunda metade do século XIX”. In: Simone de Souza. *A nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 149.

⁵ Dicionário dos Escritores Cearenses.

também foram as livrarias inauguradas ao longo dos anos 80 dos oitocentos, quando houve uma maior expansão do comércio livreiro em Fortaleza. Entre essas estavam as casas comerciais daqueles que viriam a ser reconhecidos como os dois maiores livreiros da cidade no século XIX: Joaquim José de Oliveira e Gualter Rodrigues Silva, este último um dos principais personagens da história aqui narrada.

Suas livrarias, bem como as demais existentes nesse período em Fortaleza, faziam publicar nos principais jornais anúncios nos quais proclamavam os produtos vendidos. Através de tais anúncios, pode-se notar que esses estabelecimentos vendiam periódicos como a *Gazeta Jurídica*, a *Revista Jurídica*, a *Correspondência de Portugal*, *O Cultivador*, entre outros. Num reclame no jornal *O Cearense*, Joaquim José de Oliveira chegava a afirmar que poderia encarregar-se de quaisquer jornais de outra província, assim como da Europa, mediante, claro, “*módica comissão*”.

Além dos jornais e revistas, eles anunciavam também outros produtos como as “*famosas tintas Monteiro*”, para as quais a livraria Oliveira era o único depósito da província. “*Folhinhas*” contendo abordagens sobre os mais variados assuntos, religiosos, anedóticos, comerciais, de guerras e outros tantos. E ainda partituras musicais⁶, álbuns para retratos e materiais de escritório⁷.

Além dos anúncios de jornais, a variedade de mercadorias presente nos estabelecimentos comerciais desses livreiros pôde ser investigada por meio de seus inventários que se encontram depositados no Arquivo Público do Estado do Ceará e cuja leitura permite que se tenha claramente um dimensionamento da composição e acervo de uma livraria em fins do século XIX.

Os inventários de Alexandrina de Oliveira - esposa de Joaquim José de Oliveira - e Gualter Silva são datados, respectivamente, de 1870 e 1892. Nesses documentos há, além de livros, uma relação de materiais para escritórios e escolas, evidenciando o ecletismo e amplo âmbito de atuação dessas casas comerciais. Estão presentes, na lista de produtos postos a venda, mercadorias como “*Água Balsâmica para dentes de montonac*”, “*Água de toilette phenicado do Dr. Lamair*”, “*Ácido carbosótico*”,

⁶ Em 4 de abril de 1872, no jornal *Pedro II*, músicas novas eram mencionadas como recém chegadas no último vapor. Joaquim José de Oliveira fazia questão de detalhar a mercadoria: “(...) *A Lisbonense, Polka por Pinheiro – Minha Estrella, valsa por Rente, Hymno Nacional, por F. Manoel da Silva.*”

⁷ Em 28 de maio de 1872, no jornal *Pedro II*, o mesmo livreiro anunciava: “*bonitos álbuns para retratos com lindas músicas modernas: chegarão à livraria de J.J. d’Oliveira & C.^a; assim como muitos objetos d’escritório, entre elles lindas pastas, facas de marfim, lacres de diversas cores, tintas de várias qualidades, papel de phantasia, dito de cores, dito para música, área preta e de cores, tintas de diversas cores, dita americana para imprimir, etc, etc.*”

“*Pílulas de Santa Maria*”, “*Pomada Rondesicus*”, “*Sabão de Alcatrão*”, “*Pomada Mágica*” e “*Pós Dentifrícios*”.

Muitas gravuras também compunham as prateleiras das livrarias. Havia retratos de eminentes religiosos e políticos, e quadros importantes, representando, algumas vezes, acontecimentos históricos.

O fato dos livreiros da cidade negociarem uma extensa variedade de produtos parece seguir uma tradição que já vinha de longa data. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, desde o período colonial o comércio de livros, no Brasil, “(...) *extravasava o grupo restrito dos livreiros (organizados ou não em corporações) para se concentrar nas mãos daqueles que negociavam com vários tipos de mercadorias*”⁸. Na opinião dessa mesma autora, a chegada da corte ao Rio de Janeiro marcou um momento de transformação, significando uma maior especialização do comércio livreiro nessa cidade. Mas este não parece ter sido o destino dos comerciantes das Províncias. Ao menos na Província do Ceará, bastante distante da corte, os comerciantes de livros continuaram dedicando-se, ao longo de todo o século XIX, ao comércio de mercadorias variadas.

Se por um lado, o comércio de livros na Província do Ceará e, particularmente, em Fortaleza, era pouco especializado, por outro, essa posição de vendedores e importadores de produtos diversos propiciava aos livreiros da cidade, contato com outros grandes comerciantes, ao mesmo tempo em que os colocava em íntima relação com professores, profissionais liberais e intelectuais. A visão comercial, aliada aos laços de amizade urdidos com “*pessoas ilustres*” da época, tornava bem sucedidos os negócios dos livreiros-impressores e editores.

Gualter Rodrigues Silva construiu assim, em torno de si, uma rede de amigos que o levou a ocupar um lugar de destaque na sociedade fortalezense. Na festa de inauguração de sua chácara, em 1888, é possível perceber a rede de sociabilidade tecida por esse livreiro. A foto, tirada no momento da festa, revela a relação estabelecida com intelectuais, políticos e comerciantes locais do período. Verifica-se, na imagem, a presença do presidente da província, Caio Prado, além de literatos como Antônio Sales, Antônio Martins, Antônio Bezerra, Oliveira Paiva, João Lopes e o maestro Alberto

⁸ Maria Beatriz Nizza da Silva. “História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas”. In: Márcia Abreu (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Mercado das Letras, 1999, p. 153.

Nepomuceno, denunciando que livreiros-impressores buscavam, através de laços de amizade, construir “*boas relações para ter privilégios e permissões*”⁹.

Assim, os livreiros da cidade estabeleciam uma prática que os colocava entre os mais importantes representantes do comércio local, bem como elaborava uma auto-representação que os inseria como membros participantes dos grupos intelectuais da época. A construção dessa representação dos livreiros como intelectuais e homens de letras foi reforçada, no caso do Gualter, quando, por ocasião de sua morte, sua família optou por ornamentar seu túmulo com livros. Este foi considerado por um estudioso do tema, “(...) o mais significativo jazigo do [cemitério] São João Batista, com as características de uma cruz fincada em um monte de pedras, adornada por livros (...)”¹⁰.

A construção dessa representação se dava também e, principalmente, por meio da ação empreendida pelos próprios livreiros, no sentido de sugerir aos leitores o que se podia considerar a “boa leitura”, inserido-se, assim, no esforço “civilizador” e educacional que se processava na Província do Ceará, na segunda metade do século XIX. Pelos anúncios de jornais, pode-se perceber o desejo desses agentes de guiar “seus” leitores de forma a fazê-los perceber que sua ação era imprescindível, uma vez que eram eles os mais aptos a indicar leituras que seriam fundamentais para a formação de intelectuais eruditos. Os anunciantes procuravam criar vínculos e uma proximidade com os leitores, objetivando estruturar um sentimento de reciprocidade em que o cerne seria a lealdade. Havia uma tentativa de construção de uma maior intimidade que visava consolidar a cumplicidade presente, por exemplo, nas preocupações com a idoneidade de quem escrevia os livros destinados tanto aos leitores como a seus filhos.

Os livreiros viam a necessidade de, para determinadas obras, mencionar a legitimidade ou oficialidade que atestava a qualidade e responsabilidade dos textos apresentados, corroborando, então, com um perfil honesto, responsável e leal dos comerciantes de livros. Em um anúncio, no dia 25 de março de 1874, o jornal *O Cearense* propagava o livro de lições práticas de ortografia escrito pelo professor J. Matta Araújo. No texto, chamava-se a atenção para o fato de a obra ter sido aprovada pelos Conselhos de Instrução Pública da Corte, de Pernambuco e do Ceará, e que ela

⁹ Anibal Bragança chama a atenção para o fato de que as relações de amizade entre editores e pessoas ilustres é uma das características fundamentais do mercado editorial brasileiro. Ver Anibal Bragança. “Uma introdução à história editorial brasileira”. *Cultura – Revista de História e Teorias das Ideias*. II série, vol XIV / 2002.

¹⁰ Henrique Sérgio de Araújo Batista. *Assim na morte como na vida. Arte e sociedade no cemitério São João Batista (1866-1915)*. Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura e Desporto, 2002, p. 87.

seria adotada pelo governo provincial para as escolas de ensino primário. O anúncio exibiu um trecho destacado no qual dizia: “..*Há muito sentição as aulas falta deste livrinho*”. Mais uma vez é perceptível a tentativa desses comerciantes de se posicionarem como indivíduos capazes de orientar as leituras de seus fregueses assim como a íntima relação que possuía grande parte dos títulos, em circulação na cidade, com as leituras exigidas pelos programas escolares, daí o fato dos livreiros, constantemente, fazerem anunciar a qualidade moral e educacional de seus produtos.

Assim como os demais livreiros, Gualter Silva também fazia questão de possuir, em seu acervo, livros educativos e instrutivos. No rol de títulos que compõe o seu inventário, podemos encontrar diversos exemplos de livros escolares ou destinados, de forma mais ampla, à instrução popular. Entre esses, destacam-se os livros de uma coleção portuguesa que se auto-definia como “*a propaganda de instrução para portugueses e brasileiros*”. Essa coleção, intitulada *Biblioteca do Povo e das Escolas*, começou a ser publicada no ano de 1881 por uma editora portuguesa chamada David Corazzi, e caracterizava-se por ser composta exclusivamente de livros de divulgação científica.

... e uma coleção de livros...

No inventário do livreiro Gualter, que data de 1892, são listados 38 dos 237 títulos da coleção *Biblioteca do Povo e das Escolas*, num total de 1415 exemplares presentes na livraria cearense. Os livros postos à venda seguiam uma tendência do mercado editorial europeu da época que buscava expandir o número de leitores através da criação de coleções populares. Instrumentos de vulgarização científica, esses livros inseriam-se no grande fenômeno editorial europeu, do século XIX: coleções¹¹ voltadas principalmente para um público mais abrangente e menos erudito.

A criação de coleções na Europa, nesse momento, inclui-se no processo de afirmação da figura moderna do grande editor que se distinguia dos livreiros e impressores. As coleções criadas pelas casas editoriais européias podem ser consideradas o principal instrumento de afirmação do poder dos editores marcando uma verdadeira ruptura no processo de publicação de livros desenvolvido até então. A criação de coleções populares foi, justamente, o que permitiu aos editores o estabelecimento de um comando editorial através do qual eles passaram a estabelecer as

¹¹ A respeito da publicação de coleções populares na Europa ao longo do século XIX, ver Isabelle Olivero. *L'invention de la collection*. Paris: IMEC/Maison des sciences de l'Homme, 1999.

normas do mercado. Na organização das coleções, os editores mudaram sua ação, deixando de comprar manuscritos propostos pelos autores, e passando, por meio de uma produção planejada, metódica e racional, a solicitar e fazer com que os autores produzissem textos que atendessem aos seus interesses. Por esse motivo, Jean Yves Mollier considera que a criação das coleções foi uma das chaves do sucesso da autonomização dos editores¹².

Entre as coleções portáteis e baratas criadas pelos editores europeus do século XIX, destacava-se um tipo que se tornou bastante comum: as coleções de divulgação científica. Essas surgiram com o objetivo de promover a vulgarização dos conhecimentos científicos para o maior número possível de pessoas. Acreditava-se que os livros dessas coleções deveriam ser concisos e pouco volumosos mas teriam que conter o essencial do que havia sido produzido pelos conhecimentos humanos e ser, pelo seu preço, acessível a todos.

Para que a produção desses livros baratos fosse economicamente interessante para os editores, ela deveria basear-se em grandes tiragens e todos os aspectos dos livros teriam que ser “*desprovidos de pretensões*”¹³. As coleções deveriam ser compostas por livros não “*(...) apenas de bom mercado, mas o melhor mercado possível (...) onde todos os detalhes manifestassem economia*”¹⁴. Esse aspecto – do baixo custo – orientava escolhas estéticas e editoriais como tipo de papel, uniformidade da capa, similaridade entre os volumes, tiragem e periodicidade da publicação. Tal aspecto, finalmente, determinava o caráter popular das coleções que visavam conquistar um público amplo.

A *Biblioteca do Povo e das Escolas* obedecia ao modelo de coleção de vulgarização científica citado acima. Seus volumes – ao menos nos primeiros anos¹⁵ – eram publicados, com regularidade quinzenal, nos dias 10 e 25 de cada mês¹⁶, em idêntico formato 15,5X 10cm e possuíam rigorosamente 64 páginas. As capas eram

¹² Jean Yves Mollier. “L’*évolution du système éditorial français depuis l’Encyclopédie de Diderot*”. In: Jean Yves Mollier (dir.). *Où va le livre?*. Paris: La Dispute, 2000, p. 22.

¹³ Isabelle Olivero. *op.cit.* p. 29

¹⁴ Idem.

¹⁵ Manuela Domingos assinala que a *Biblioteca do povo e das escolas* só cumpriu a periodicidade quinzenal nos cinco primeiros anos de sua publicação. Esse período – de 1891 a 1896 – é o período de apogeu da coleção, tendo esta sido “*profusamente elogiada pela imprensa (...) Logo o período seguinte – 1886/91 -, a sua periodicidade média passa a ser mensal. A partir daí, a coleção já não voltará nunca a ser o que era: arrasta-se penosamente, ao longo dos anos, com abundância de interrupções, editoras e, quem sabe de direções*”. Manuela Domingos. *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e leitores no século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância, 1985, p. 28.

¹⁶ Jorge Carvalho do Nascimento. “Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a biblioteca do povo e das escolas”. *Horizontes*. Bragança Paulista, vol. 19, pp. 11-27, jan/dez. 2001, p. 13.

perfeitamente iguais e os volumes eram impressos em papel barato. Para completar o aspecto econômico dos livros eles portavam na capa o preço de cada exemplar: 50 réis¹⁷.

(imagem das capas)

Para compensar um preço unitário tão baixo, a *Biblioteca do Povo e das Escolas* foi publicada com uma tiragem inicial de seis mil exemplares, passando, a partir do terceiro volume, para 12 mil exemplares, e, saltando, no volume 10, para 15 mil exemplares¹⁸.

Seguindo também uma tendência do mercado editorial da época, a coleção era intitulada *Biblioteca*. Isabelle Olivero aponta que, apesar da utilização do termo *biblioteca* para definir uma coleção ser bastante antiga na Europa, é, somente, no século XIX que ele adquire o sentido de coleção como a compreendemos hoje, consagrando o papel do editor e sua estratégia editorial. Desde o século XVII até os primeiros anos do século XX, o termo *biblioteca* designava uma coleção composta da reedição de textos já publicados. É no Dictionnaire Universel, no século XIX, que o termo ganha a definição de uma coleção de obras publicadas por uma casa editorial possuindo características comuns. Passa-se, segundo a citada autora, “da idéia de uma compilação de diversos autores para aquela de se seriar obras reagrupadas para um leitor particular, um conjunto adequado escolhido na totalidade dos livros disponíveis”¹⁹.

A *Biblioteca do Povo e das Escolas* tinha um público leitor claramente definido. Era uma coleção popular. Era essa estratégia editorial, previamente determinada, que conformava todos os aspectos da coleção: da escolha dos textos e dos autores à organização da distribuição e venda²⁰.

Essa coleção pode ser considerada a primeira experiência portuguesa de livro “popular de massas”. Obedecia, como afirmou-se anteriormente, a uma tendência do mercado editorial, mas também à ampliação dos meios de divulgação científica e

¹⁷ É importante considerar, a título de comparação, que um jornal como *O Cearense* era vendido, nessa mesma época, a 200 réis o exemplar.

¹⁸ Jorge Carvalho do Nascimento. *op. cit.* p. 13

¹⁹ Isabelle Olivero. *op. cit.* p. 16

²⁰ Manuela Domingos destaca o fato da editora David Corazzi possuir uma extensa rede de distribuição de seus livros. Segundo ela, a editora possuía 217 correspondentes (incluindo o Brasil, África e China, além da Europa). O Catálogo da editora, datado de 1884, define *correspondente* como sendo “(...) em qualquer localidade, todas as pessoas que se responsabilizem por um certo número de assinaturas de cuja distribuição se encarreguem e dêem a esta Casa garantia de sua boa vontade, honradez e zelo”. A autora destaca ainda o fato de que a editora dava a seus correspondentes, em contrapartida, 15% de comissão nas vendas. Ver Manuela Domingos. *op. cit.* p. 66

tecnológica que se desenvolvia em Portugal no século XIX. Segundo Ana Maria Cardoso Matos, a partir do final dos anos 30 dos oitocentos, assistiu-se, em Portugal, ao

“(...) surgimento de sociedades cujo principal objetivo era a divulgação de conhecimentos científicos e técnicos, como foi o caso da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, instituída em 1837, e da Sociedade Promotora dos Interesses Materiais da Nação, estabelecida em 1841”²¹.

Essas sociedades criaram periódicos que divulgavam os conhecimentos científicos que, na opinião dos membros da associação, poderiam ser úteis a um grupo ampliado da população. Assim, surgiu, por exemplo a revista *O Panorama* através da qual se pretendia fazer “*descer a variada ciência até os últimos degraus da escala social*”²².

Ao longo dos anos 40, outras publicações com os mesmos objetivos foram surgindo, como por exemplo, os *Almanaques Populares*, publicados por Felipe Folque, Fradesso da Silveira e Francisco Ângelo de Almeida Pereira e Sousa entre os anos de 1848 e 1851. O *Almanaque Popular* pretendia ser o “*livro de todos para todos*”, colocando ao alcance do maior número de pessoas “*conhecimentos úteis e alguma informação científica redigida numa linguagem acessível*”²³. Esses almanaques eram vendidos por 160 réis e chegaram a exibir uma tiragem de 6.000 exemplares.

Formava-se assim, através dessas publicações, o caminho que viria a ser seguido pela *Biblioteca do Povo e das Escolas*. Essa coleção, surgida na década de 80, ligava-se, provavelmente a outro acontecimento importante: a publicação do decreto de 02 de agosto de 1870 que determinava a criação de bibliotecas populares em cada capital de Conselho. Essas bibliotecas que, na opinião de Ana Cardoso, “*(...) deviam ser o complemento das escolas populares, abrangiam duas classes de obras, as que se ocupavam dos conhecimentos gerais e as que se ocupavam de cada uma das profissões, agrícola, industrial, comercial e artística, inventos, aplicações e modelos*”²⁴. Parece que estava aí apresentado o formato que passou a orientar os livretos da *Biblioteca do Povo e das Escolas*, coleção que vai ser publicada durante 32 anos e que vai circular, com grandes tiragens, tanto em Portugal quanto no Brasil.

²¹ Ana Cardoso de Matos. “Os agentes e os meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX”. *Scripta Nova*.

²² Citado por Ana Cardoso de Matos. *op. cit*

²³ Ana Cardoso de Matos. *op.cit*

²⁴ Ana Cardoso de Matos. *op.cit*.

Seus títulos abrangeram, ao mesmo tempo, um público alargado e estratos específicos de profissionais. Títulos como Química, Física, Aritmética, Invertebrados, Calor, Zoologia, Anatomia, o Mar, Mineralogia, Receitas úteis... destinavam-se, possivelmente, a um público escolar ou a um público mais amplo. Mas havia também outros como Manual do Carpinteiro e Manual do Maquinista destinados a profissionais e ofícios específicos.

Nos primeiros dez anos de publicação – 1881/1891 - a direção da coleção coube a Xavier da Cunha, um médico que, antes de se formar, havia freqüentado a Escola Politécnica e que tinha desenvolvido, paralelamente à atividade médica, desde muito cedo, a atividade literária. Escreveu folhetins e versos no *Archivo Pittoresco*, no *Diário de Notícias* e na *Gazeta de Portugal*, bem como colaborou no *Dicionário Popular* e fez traduções da obra de Julio Verne²⁵. A arquitetura da coleção organizada pelo diretor objetivava, nas suas próprias palavras,

“(...) *ir pouco a pouco preparando o espírito do leitor a passar dos estudos mais simples para os complexos e de simultaneamente lhe ir inoculando conhecimentos vários nos diversos ramos do saber humano, para que reciprocamente auxiliados e fecundados [pudessem] (...) esses conhecimentos tornar-se mais proveitosos, - a “Biblioteca do Povo e das Escolas”, (...) logra o júbilo de tornar mais suave e mais amena a aquisição de semelhantes noções pela variedade com que as vai ministrando*”.²⁶

Assim, Xavier da Cunha constituiu, inicialmente, um programa de publicação que abarcaria “*sete grandes ramos de capital importância*”: educação corporal, zoologia, física, história, literatura, jurisprudência e lingüística. No entanto, à medida que os títulos iam sendo editados, tornava-se cada vez mais difícil enquadrá-los neste esquema original. Esse esboço que, na opinião de Manuela Domingos, era “*coerente com o horizonte mental da época*”²⁷, foi sendo pouco a pouco substituído por temáticas mais abrangentes que pudessem abarcar todos os conhecimentos científicos e profissionais que a coleção se propunha a popularizar.

Quanto aos autores dos livros, segundo Jorge Nascimento, estes foram em número de 91, englobando profissionais de ofícios diversos:

²⁵ Manuela Domingos. *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e leitores no século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância, 1985, p. 27.

²⁶ Prefácio de Xavier da Cunha. *Biblioteca do Povo e das Escolas*, 8ª série, 1883. Citado por Manuela Domingos. *op. cit.* P. 46.

²⁷ Manuela Domingos. *op.cit.* p. 49

*“dois eram engenheiros agrônomos, dois tipógrafos, cinco médicos, 22 oficiais militares do exército e da marinha, um comerciário, três estudantes de direito, um farmacêutico, um estudante de letras, 18 professores, um telegrafista, um ator, quatro funcionários públicos, três escritores, um naturalista, um advogado, três estudantes de artes industriais e comerciais, um poeta, um botânico, dois sacerdotes, um cenógrafo, um estudante de agronomia, dois jornalistas e um estudante de medicina”*²⁸

A diversidade de autores, temas e títulos, aliada a grandes tiragens de cada título, demonstra, claramente, o que era um dos principais objetivos das coleções europeias de divulgação científica: o desejo de difusão de todos os saberes e de todos os conhecimentos humanos para o maior número possível de leitores²⁹.

Com o objetivo ainda de atrair novos leitores e de instruir um número cada vez maior de indivíduos, a *Biblioteca do Povo e das Escolas* tinha outra grande preocupação: tornar os textos mais compreensíveis por meio de ilustrações e imagens. Para que a transmissão do conhecimento fosse mais facilmente absorvida pela população leiga ou com pouco conhecimento científico, as descrições técnico-científicas eram acompanhadas de imagens que ilustravam os processos e aparelhos descritos, tornando os livros “*além de úteis, apreciáveis*”.

Por todas as suas características, a *Biblioteca do Povo e das Escolas*, demonstra uma preocupação dominante com a instrução popular. Inicialmente, uma instrução para todos, posteriormente, uma instrução profissionalizante. Basicamente, é o ideal de instruir, formar e educar um número abrangente de pessoas - o objetivo que está na raiz do projeto da coleção -, o que explica o fato de vários volumes terem sido adotados pelo governo português em diversos graus de ensino³⁰.

A causa da instrução popular mobilizava, em meados do século XIX, em Portugal, não apenas os membros do governo. Segundo Manuela Domingos,

“(...) a meados do século, ações concretas e marcantes para os anos seguintes foram levadas a cabo por um grupo de personalidades empenhadas em modernizar a sociedade portuguesa, a partir de dentro,

²⁸ Jorge Carvalho do Nascimento. *op.cit.* p. 16.

²⁹ Ver a esse respeito: Isabelle Olivero. “Instruction pour tous et savoir utile” . in: *L'Invention de la collection*. Paris: IMEC/ Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1999, pp. 170-181.

³⁰ Manuela Domingos cita, em seu estudo, os diversos títulos que foram utilizados pelo governo português tanto no ensino normal quanto no nível elementar de ensino. Ver: Manuela Domingos. *op. cit.* P. 51.

para construir uma civilização burguesa, erguer um povo de cidadãos".³¹

Intelectuais, livreiros e editores participaram do esforço de construir uma nova sociedade por meio da educação de seus cidadãos. Muitos livros e manuais foram escritos, editados e vendidos com o objetivo precípua de ampliar a instrução popular. Entre os editores que se engajaram nesse processo, um nome se destaca: David Corazzi. Considerado "benemérito e patriota", justamente pelo fato de ter-se dedicado à causa da instrução popular³². Foi ele o editor responsável pela *Biblioteca do Povo e das Escolas*, coleção que, pelos seus méritos na divulgação científica, chegou a ser premiada com Medalha de Ouro, na Exposição do Rio de Janeiro de 1881, consolidando a participação de sua editora tanto no mercado português quanto brasileiro da época.

... e seu editor português: David Corazzi

David Corazzi ficou órfão de pai aos quinze anos e com poucos recursos. Tornou-se, mais tarde, funcionário público e, com vistas a obter um pequeno capital com o qual pudesse dar início a um negócio próprio, lançou-se à venda dos direitos de um livro de seu pai, o médico cirurgião David Antonio Caetano Corazzi.

Com o capital arrecadado, David Corazzi criou a *Empresa Horas Românticas* dando início à publicação de romances em fascículos. O primeiro romance publicado por ele foi *Les chevaliers de la nuit* de Ponson du Terrail. Algum tempo depois, David Corazzi publicaria o texto que mudaria a sua vida. Ao tomar conhecimento da publicação do livro de Fernandes y Gonzáles, *El Rei Maldito*, em Madrid, Corazzi decidiu editá-lo, em Portugal, num formato novo que se tornaria revolucionário: em fascículos de 8 páginas e gravuras que seriam vendidos a 10 réis. Na opinião de Manuela Domingos, "a viragem da sua vida foi completa: em menos de um mês o editor ganhava imenso dinheiro, ampliava "instalações" (...) outros romances se seguiram, com idêntico esquema de publicação. Assim nasceu a Casa Editora David Corazzi"³³.

A editora de David Corazzi não se dedicou apenas à publicação de romances. Novos projetos também voltados para um público mais amplo começaram a ser desenvolvidos pela empresa, entre eles a coleção *Biblioteca do Povo e das Escolas*. Nas

³¹ Manuela Domingos. *op. cit.* p. 15

³² Manuela Domingos. *op.cit.* p. 21

³³ Manuela Domingos. *op.cit.* p. 22

palavras do editor, essa coleção deveria formar uma “*enciclopédia de conhecimentos humanos, uma biblioteca ao alcance de todas as bolsas e de todas as inteligências, um repositório onde os indoutos [pudessem] (...) aprender e os doutos se não se [enfestassem] (...) de recordar*”³⁴.

A coleção que, no seu primeiro volume - *História de Portugal* -, ainda registrava na capa o nome da empresa - *Horas Românticas* -, tornou-se um grande sucesso ganhando grande mercado também no Brasil. Corazzi criou uma filial na cidade do Rio de Janeiro, de onde, possivelmente, distribuía para as demais províncias do Império, como o Ceará.

Ao longo dos anos 80, as empresas David Corazzi prosperaram bastante criando uma variada gama de serviços tais como oficina de composição, impressão e estereotipia, oficina de alçado, dobragem e brochura, oficina de encadernação e depósito para as suas publicações³⁵.

No final dos anos 80, por motivo de doença, David Corazzi foi obrigado a abandonar os trabalhos nas suas empresas, tendo sido substituído em suas funções por Justiniano Guedes. A partir da saída de Corazzi, a empresa responsável pela publicação da coleção passa a ser a Companhia Nacional Editora que, mais tarde e ainda com Justiniano Guedes à frente, passa a ter a denominação de *A Editora*. O ritmo de publicação dos volumes da *Biblioteca do Povo e das Escolas* diminui sensivelmente. A periodicidade quinzenal apresentada nos primeiros anos já não consegue mais ser cumprida. Nos primeiros anos do século XX, a publicação dos exemplares da coleção tornou-se ainda mais esparsa, sendo editados apenas 8 volumes entre os anos de 1906 e 1913, o que leva Manuela Domingos a afirmar que “(...) a liquidação do projeto ambicioso e da profícua realidade de três décadas atrás estava consumada”³⁶.

Foi exatamente neste período que entrou em cena o terceiro personagem dessa história: Francisco Alves. Foi este livreiro-editor português, estabelecido no Brasil, que, em 1913, comprou *A Editora Limitada*, empresa na qual havia se transformado a antiga editora fundada por David Corazzi e deu continuidade à publicação dos volumes da *Biblioteca do Povo e das Escolas*.

E um português que se torna livreiro e editor no Brasil: Francisco Alves

³⁴ Prospecto da BPE, citado por Manuela Domingos. *op.cit.* p. 25.

³⁵ Catálogo de 1884 da Editora David Corazzi, citado por Manuela Domingos. *op.cit.* p. 64-65

³⁶ Manuela Domingos. *op.cit.* p. 91

No momento em que Francisco Alves entra nessa história, suas empresas no Rio de Janeiro prosperavam de forma tão intensa que, invertendo o percurso trilhado por outros editores, ele havia passado a comprar editoras européias. Em 1913, Alves já tinha comprado parte da francesa Aillaud e a portuguesa Bertrand, tornando-se, então, proprietário d 'A Editora.

Francisco Alves havia, desde as últimas décadas do século XIX, cumprido uma trajetória de sucesso no espaço livreiro e editorial brasileiro. Nascido em Portugal, Alves tornou-se cidadão brasileiro, contribuindo de forma definitiva para a criação de um mercado editorial no Brasil. Ao narrar sua trajetória profissional, Aníbal Bragança destaca o fato de que, ao contrário de outros editores europeus que se estabeleceram no Rio de Janeiro, no século XIX, Francisco Alves não criou no Brasil uma empresa “satélite” representante de interesses estrangeiros. Segundo o citado autor,

“A história de Francisco Alves de Oliveira é outra. Nascido em Portugal, chegou ao Brasil com quinze anos, trabalhou em outro ramo de comércio antes de se iniciar no setor livreiro como alfarrabista. Formou-se livreiro no Brasil. Após regressar à terra natal, foi chamado de volta por seu tio Nicolau Antonio Alves, dono da Livraria Clássica, fundada na Corte em 1854. Veio, então, definitivamente instalar-se no Rio de Janeiro. Logo requereu cidadania brasileira. Após poucos anos, em 1883, assumiu a direção da empresa, já conhecida como Livraria Alves. Em 13 de setembro de 1897, com a retirada do tio, a livraria passou a denominar-se simplesmente “Francisco Alves” “³⁷.

A atuação de Francisco Alves no mercado livreiro foi marcada por sua ação como editor literário, destacando-se, entre os autores publicados por ele: Raul Pompéia, Olavo Bilac, Euclides da Cunha e outros. Mas foram os livros escolares que marcaram definitivamente o lugar desse editor no mundo do livro. Aníbal Bragança afirma que “Francisco Alves lançou as bases modernas da edição escolar no Brasil. Fez fortuna e chegou a ser reconhecido como o “Rei do Livro” (...)”³⁸. Talvez tenha sido seu empenho pelas publicações voltadas para a instrução popular que o tenha feito interessar-se pela A Editora e sua Biblioteca do Povo e das Escolas. Não foi apenas essa

³⁷ Aníbal Bragança. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In: Márcia Abreu (org.) *Leitura, História e História da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000, p. 453.

³⁸ Aníbal Bragança. “Uma introdução à história editorial brasileira”. *Cultura*, 14, 2002, p. 76.

coleção portuguesa com projeto de educação popular que Alves adquiriu. Ele comprou também *Biblioteca de Instrução Profissional*, coleção que havia sido criada na esteira do sucesso da *Biblioteca do Povo e das Escolas*.

Também impressa em *A Editora, a Biblioteca de Instrução Profissional* foi criada, em 1904, por Thomaz Bordallo Pinheiro com um grupo de professores do ensino industrial e técnico e ainda profissionais de diversos setores. Inicialmente a coleção foi publicada também em fascículos passando, mais tarde, a ser editada em volumes completos. Segundo Manuela Domingos,

“(...) a coleção teve o mérito de fornecer textos para as escolas industriais e comerciais, exército, marinha, etc., continuando a ação pioneira da “BPE” nesses domínios, adaptando-se às exigências da formação profissional de quadros técnicos médios que o país requeria. Não concorrente com a “BPE”, mas herdeira atualizada do seu espírito. Prova disso, o fato de finalmente, também ter chegado a ser distribuída e editada por Aillaud, Alves e Ca”³⁹.

As coleções de divulgação científica e instrução popular eram, portanto, de grande interesse de Francisco Alves, editor que se consagrou, como se afirmou anteriormente, por meio da produção e comercialização de livros escolares.

Com a compra da *Biblioteca do Povo e das Escolas* por Alves, dois novos fascículos desta coleção foram editados e comercializados no Brasil. Podemos supor que Alves manteve também, e, quem sabe, veio até a ampliar, os correspondentes que eram utilizados pela editora portuguesa para distribuir os volumes da coleção. Dentre esse grupo de correspondentes, muito provavelmente, faziam parte os herdeiros do livreiro cearense Gualter Rodrigues, com quem começamos a contar esta história.

Voltando ao início da história

Quando Gualter Rodrigues morreu em 1892, a coleção *Biblioteca do Povo e das Escolas* contava com 197 títulos já publicados. Sua livraria possuía 37 desses títulos como podemos observar no quadro abaixo:

NÚMERO	DE	TÍTULO	AUTOR
---------------	-----------	---------------	--------------

³⁹ Manuela Domingos. *op. cit.* p. 93

EXEMPLARES		
152	Química Orgânica	José Maria Greenfield de Mello
100	Aritmética	José Maria Greenfield de Mello
86	Topografia	Carlos Adolfo Marques Leitão
81	Geometria ⁴⁰	
74	Eletricidade	Guilherme Luiz dos Santos
68	Calor	Julio Leitão
48	Invertebrados	Vitor Ribeiro
47	Zoologia	Francisco Guilherme de Souza
45	Acústica	João Feliciano Marques Pereira
45	Geologia	João Maria Jalles
45	Pedagogia	Henrique Freire
45	Introdução às Ciências Físicas e Naturais	João Cesário de Lacerda
43	Desenho Linear	Carlos Adolfo Leitão
43	Mineralogia	João Maria Jalles
42	Astronomia ⁴¹	José de Mello
40	O Mar	Vicente de Moura Coutinho d'Almeida Eça
39	Anatomia	João Cesário de Lacerda
38	Hidrostática	Julio Leitão
38	Manual do Carpinteiro	Francisco Adolfo Celestino Soares
36	Manual do Maquinista ⁴²	Carlos Bandeira Mello

⁴⁰ O Inventário não faz referência se o título refere-se ao volume de *Geometria Plana* ou *Geometria no espaço*, ambos de autoria de Carlos Adolpho Marques Leitão, ou de *Geometria Descritiva* cujo autor era Achilles Alfredo Silveira Machado.

⁴¹ O título do fascículo n. 10 é *Astronomia Popular*, mas o inventário registra apenas *Astronomia*.

⁴² O título completo deste fascículo é *Manual do fogueiro maquinista*.

30	Física	José Maria Greenfield de Mello
20	Manual do Ferrador	D. Antonio José de Mello
19	Natal ⁴³	Olympio de Freitas
18	Manual do fabricante ⁴⁴	J, M. Marques Pereira
18	Moral	Augusto Baratados Santos Martins
18	Música ⁴⁵	José Timóteo da Silva Bastos
17	Tipografia ⁴⁶	
16	Gravidade	João Maria Jalles
15	Vidro	João Feliciano Marques Pereira
15	Máquinas de Vapor	Manuel Rodrigues de Oliveira
14	Fisiologia Humana	João Cesário de Lacerda
14	Trigonometria	João Maria Jalles
12	Mecânica	João Maria Jalles
11	Esgrima	Francisco Adolfo Celestino Soares
09	Celebridades Femininas ⁴⁷	Xavier da Cunha
07	Botânica	Francisco Guilherme de Souza
04	Código Português ⁴⁸	João Cesário de Lacerda
03	Receitas Úteis	João Bastos Pereira da Costa e Manuel Diogo de Valadares

⁴³ O inventário registra um volume intitulado *Natal*, mas na lista de livros publicados na coleção o título é: *O livro do Natal*.

⁴⁴ O inventário registra o título como *Manual do fabricante*, mas o título completo do fascículo é *Manual do fabricante de vernizes*.

⁴⁵ O título completo do fascículo é *Noções de música*.

⁴⁶ O inventário registra o título *Tipografia*, mas trata-se provavelmente do n.91 intitulado *Topografia*, de autoria de C. A. Marques Leitão.

⁴⁷ O título completo do volume é *Centuria de celebridades femininas*.

⁴⁸ O título do volume é *Código Civil Portuguez*.

Os dois títulos com maior número de exemplares presentes na livraria cearense eram *Química Orgânica* e *Aritmética*, ambos de autoria de José Maria Greenfield de Mello, militar de carreira e grande colaborador da coleção.

O indivíduo com maior número de títulos postos à venda na livraria cearense era João Maria Jalles, também militar de carreira, que escreveu, entre outros volumes, *Geologia*, *Mineralogia*, *Gravidade*, *Trigonometria* e *Mecânica*. Em segundo lugar, no número de títulos postos à venda na livraria cearense, aparecia José Cesário de Lacerda que escreveu os volumes intitulados *Introdução às Ciências Físicas e Naturais*, *Anatomia*, *Fisiologia Humana* e *Código Civil Portuguez*.

Esses três autores foram grandes colaboradores da coleção. Dois deles, João Maria Jalles e João Cesário de Lacerda, juntamente com o diretora da coleção – Xavier da Cunha – e com Julio Arthur Lopes Cardoso foram responsáveis por 38 % do total de obras editadas pela coleção *Biblioteca do Povo e das Escolas*⁴⁹.

Entre os títulos postos à venda, a maioria referia-se a temas relacionados com o ensino secundário, como *Aritmética*, *Geometria*, *Invertebrados*, *Eletricidade*, *Calor e Física*, outros ligavam-se a ofícios mais específicos tais como *Manual do Maquinista*, *do ferrador*, *do fabricante de verniz* e *do carpinteiro*, outros ainda tratavam de assuntos menos associados a questões escolares ou de formação profissional tais como *Natal*, *Celebridades Femininas* e *Receitas Úteis*.

Embora tratassem de assuntos diversos, muitos dos quais não diretamente relacionados à questão da instrução pública, a presença de tais exemplares no estabelecimento comercial cearense denuncia um crescimento, no mercado livreiro, dos títulos destinados à leitura popular. Apesar do Ceará ser, na segunda metade do século XIX, uma província profundamente iletrada, a presença de uma quantidade significativa de livros d'A *Biblioteca do Povo e das Escolas* pode nos sugerir uma maior preocupação com a ampliação dos processos educativos e com uma crescente divulgação dos conhecimentos científicos e profissionais destinados a um público mais amplo.

Assim é que, por meio dos caminhos trilhados pela coleção *Biblioteca do Povo e das Escolas* - desde de sua concepção e edição em Lisboa, pela empresa de David Corazzi, anos mais tarde adquirida por Francisco Alves, até a sua comercialização por Gualter Rodrigues em locais distantes e pouco letrados como Fortaleza - podemos

⁴⁹ Manuela Domingos. *op.cit.*p. 34

conhecer aspectos da história dos livros, desvendando, pelo menos em parte, a dinâmica cultural que se estabelecia entre a Europa e as diversas regiões do Império Brasileiro no século XIX.

BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Assim na morte como na vida. Arte e sociedade no cemitério São João Batista (1866-1915)*. Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura e Desporto, 2002.

BRAGANÇA, Aníbal . “Uma introdução à história editorial brasileira”. *Cultura – Revista de História e Teorias das Idéias*. II série, vol XIV / 2002.

BRAGANÇA, Aníbal. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In: Márcia Abreu (org.) *Leitura, História e História da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

CORDEIRO, Celeste. “O Ceará na segunda metade do século XIX”. In: SOUZA, Simone de. *A nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

Dicionário dos Escritores Cearenses.

DOMINGOS, Manuela. *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e leitores no século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância, 1985.

MATOS, Ana Cardoso de. “Os agentes e os meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX”. *Scripta Nova*.

MOLLIER, Jean Yves. “L’èvolution du système editorial français depuis l’Encyclopedie de Diderot”. In: MOLLIER, Jean Yves (dir.). *Où va le livre?*. Paris: La Dispute, 2000.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. “Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a biblioteca do povo e das escolas”. *Horizontes*. Bragança Paulista, vol. 19, pp. 11-27, jan/dez. 2001.¹

OLIVEIRA, Almir Leal de. “Universo letrado em Fortaleza na década de 1870”. In: SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro. *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

OLIVERO, Isabelle. *L’invention de la collection*. Paris: IMEC/Maison des sciences de l’Homme, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas”. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Mercado de Letras, 1999.